

UMA ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS E DA GESTÃO FISCAL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS PERTENCENTES A APLS

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2021.57.9982>

RECEBIDO EM: 16/12/2019

ACEITO EM: 6/7/2021

Cecilia Alves da Silva Antero¹, Magnus Luiz Emmendoerfer²

RESUMO

O objetivo deste estudo foi realizar uma análise dos gastos públicos e da gestão fiscal, tendo em vista a observação de sua influência no desenvolvimento municipal, enfatizando os municípios pertencentes a Arranjos Produtivos Locais (APLs). Foram utilizados dados secundários das bases de dados da Firjan e IMRS FJP referentes aos municípios mineiros nos anos de 2006 a 2016. Realizou-se análise exploratória dos dados, Testes de Média e Análise de Regressão, com suporte do *software* SPSS[®]. Foram utilizadas duas proxys para o desenvolvimento: IFDM e PIB per capita. Contatou-se a diferença de média nos municípios pretendentes e não pertencentes a APLs. Observou-se que nos primeiros há maiores efeitos no desenvolvimento socioeconômico. Resultados oferecem indicativos de atuação para os gestores públicos e reforçam o entendimento de que, ao optar por apoiar municípios que fazem parte de APLs, tem-se mais condições de fomentar o desenvolvimento.

Palavras-chave: Administração pública; desempenho; desenvolvimento; gestão fiscal; gastos públicos.

AN ANALYSIS OF PUBLIC EXPENDITURE AND FISCAL MANAGEMENT IN LPAS MINING MUNICIPALITIES

ABSTRACT

The aim of this study was to perform an analysis of public spending and fiscal management, with a view to observing their influence on municipal development, emphasizing the municipalities belonging to local productive arrangements (LPAs). Secondary data were used from the FIRJAN and IMRS FJP databases, referring to the municipalities of Minas Gerais, from 2006 to 2016. Exploratory data analysis, Mean Tests and Regression Analysis were performed, supported by the SPSS[®] software. Two proxies were used for development: IFDM and GDP *per capita*. We contacted the mean difference in the municipalities that are applicants and not belonging to LPAs. It was observed that in the former there are greater effects on socioeconomic development. Results that offer indications of action for public managers and reinforce the understanding that by choosing to support municipalities that are part of LPAs, we have more conditions to foster development.

Keywords: Public administration; performance; development; fiscal management; public spending.

¹ Autora correspondente. Doutora em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (PPG ADM UFV). Av. Peter Henry Rolfs, s/n – Campus Universitário. Viçosa/MG, Brasil. CEP 36570-900. <http://lattes.cnpq.br/5093674007410060>. <http://orcid.org/0000-0002-6340-5174>. cecilia.antero@yahoo.com.br

² Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2), UFV. Viçosa/MG, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0919407313173824>. <https://orcid.org/0000-0002-4264-8644>. magnus@ufv.br

INTRODUÇÃO

As aglomerações de empresas já foram investigadas a partir de diferentes estudos sobre relações interorganizacionais (FARINA *et al.*, 2017), políticas públicas (JACOMETTI *et al.*, 2016), inovação (PATIAS *et al.*, 2016), empreendedorismo (DACIÊ *et al.*, 2017), desempenho (OLIVEIRA *et al.*, 2017), aprendizagem (ROCHA; VIEIRA, 2016) e ações conjuntas (COSTA; SILVA; NOGUEIRA, 2016).

Pode-se destacar, apesar dos focos diferenciados, a ênfase dada à interferência dessas aglomerações no desenvolvimento (BATISTA; ALVAREZ, 2007), bem como à capacidade de conferir competitividade às empresas (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004).

Nos últimos 30 anos, além da atenção dos estudiosos, as aglomerações de empresas também foram foco de ações da administração pública, principalmente por meio de políticas públicas para promover, apoiar e potencializar o desenvolvimento (MACEDO; ARAÚJO; CAMPOS, 2014). A esse respeito, destacam-se os estudos que abordam sobre elaboração de políticas públicas (CARDOSO; DOS SANTOS; POLACINSKI, 2016), interferência da política pública no contexto do arranjo produtivo local (APL) (MASQUIETTO; NETO; GIULIANI, 2010), análise de impacto da política pública (GARONE *et al.*, 2015) e relação da política pública com desenvolvimento (JACOMETTI *et al.*, 2016).

Observou-se, nesses estudos, que os representantes da administração pública passaram a concentrar seus esforços nas economias locais por meio de ações coordenadas e articuladas (MACEDO; ARAÚJO; CAMPOS, 2014) para identificar vetores de desenvolvimento e potencializá-los (BRASIL, 2004). No Brasil, as aglomerações de empresas, denominadas APLs (LASTRES; CASSIOLATO, 2003), são os vetores de desenvolvimento-alvo de tais políticas.

Também percebeu-se que os representantes da administração pública, que se concentram na construção de parcerias para investir nos APLs, lidam com desafios inerentes à escassez de recursos que precisam ser distribuídos, levando em consideração a diversidade de APLs identificados no contexto nacional. Tal situação chama atenção para a necessidade de pensar alternativas para apoiar os APLs e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento.

Esse desenvolvimento, segundo Bogoni *et al.* (2010) e Adriano, Rasoto e De Lima (2013), está relacionado à capacidade da administração pública de atender às demandas dos cidadãos. Tal capacidade é traduzida em níveis de desempenho identificados pelos serviços prestados e resultados alcançados.

Sabe-se que a ação da administração pública na promoção do desenvolvimento pode ser observada de formas diferenciadas. Nesse estudo, assume-se que tais ações devem ser observadas por meio dos gastos públicos realizados com a intenção de promover o desenvolvimento ao apoiar determinada área, setor ou atividade, bem como pelo comportamento da gestão fiscal da administração pública.

Retomando as discussões sobre APLs e desenvolvimento no contexto das políticas públicas, constatou-se a utilização de critérios de beneficiamento a partir do desempenho. Assim, eram escolhidos para participar das referidas políticas os APLs com bom desempenho que, conseqüentemente, apresentavam condições de oferecer melhores resultados.

Nesse contexto, pretende-se observar se há uma situação similar quando se considera o comportamento dos gastos públicos e da gestão fiscal em municípios pertencentes a APLs e não

pertencentes, uma vez que os primeiros têm mais chances de oferecer melhores resultados das suas contribuições para o desenvolvimento por meio da elevação do número de empregos e da renda, por exemplo.

Assim, assume-se como objetivo realizar uma análise dos gastos públicos e da gestão fiscal, tendo em vista observar sua influência no desenvolvimento municipal, enfatizando os municípios pertencentes a APLs.

Para tanto, este estudo é organizado em quatro seções, além da introdução. No referencial apresenta-se os estudos sobre a relação dos gastos públicos e da gestão fiscal com o desenvolvimento. Nos procedimentos são elencadas as escolhas feitas para o desenvolvimento do estudo. Em seguida tem-se a apresentação e discussão dos resultados, acompanhados pelas considerações finais e referências bibliográficas consultadas.

UM REFERENCIAL ANALÍTICO SOBRE O DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O entendimento de que a administração pública tem importante papel no desenvolvimento pode ser observado de formas diferenciadas a depender do tipo de ação desempenhada. Neste estudo essas ações podem ser percebidas pela observação de gastos públicos realizados com a intenção de promover o desenvolvimento ao apoiar determinada área, setor ou atividade, como pode ser observado nos estudos de Amurim (2013), Andrade, Teixeira e Fortunato (2014), Costa (2012), Degenhart, Vogt e Da Silva Zonatto (2016), Diel *et al.* (2014), Ervilha, Alves e Gomes (2013), Kühn e Silva Tonetto (2017), Monteiro *et al.* (2010), Moreira *et al.* (2013) e Ternoski, Ribeiro Clemente (2017) ou, ainda, pelo desempenho de sua gestão fiscal da administração pública, como é defendido nos trabalhos de Avelino, Bressan e Da Cunha (2013), Costa e Tavares (2014), Leite Filho e Fialho (2015), Oliveira e Silva (2012), Romano e Mourão (2015) e Silva *et al.* (2013).

Nos estudos que tiveram por objetivo verificar como gastos públicos influenciam o desenvolvimento, podem ser realizadas algumas observações para diferenciá-los ao considerar o local de sua realização, a *proxy* utilizada para analisar o desenvolvimento e o número de variáveis empregadas para identificar a influência no desenvolvimento.

Monteiro *et al.* (2010) realizaram um estudo para analisar o painel dos indicadores sociais brasileiros antes e após a criação do Programa Bolsa Família. Os autores ampararam-se nos entendimentos teóricos sobre a análise dos indicadores sociais brasileiros pré e pós-criação do Programa Bolsa Família, multidimensionalidade da pobreza, os aspectos da desigualdade social e num breve histórico das experiências internacionais e brasileiras de programas de transferência de renda. Foram utilizados dados do período de 2001 a 2006 sobre indicadores sociais dos aspectos demográficos, educação, saúde, domicílios e infraestrutura social, trabalho e renda. A partir do exame dos dados, quando se realizou a análise comparativa dos dados de taxa média geométrica e taxa de crescimento, os autores concluíram que resultados da pesquisa depõem a favor da política de transferência de renda enquanto elemento indutor de melhorias sociais, embora existam outros fatores positivos condicionantes.

Outro estudo realizado no contexto nacional é o de Diel *et al.* (2014), que se diferencia do anterior essencialmente pelo tipo de gasto público observado, unidades de análise e técnica de

análise de dado. Especificamente, esses autores pretenderam analisar o desempenho dos municípios brasileiros com mais de mil habitantes relacionados à sua estratégia de investimentos públicos em educação. Para tanto, os autores basearam-se em trabalhos que discutiram sobre os gastos públicos na educação e eficiência na alocação de gastos públicos. Foram utilizados dados de 268 cidades brasileiras com mais de cem mil habitantes, tendo como base o ano de 2009, que se referiam ao número de escolas públicas, número de professores, número de estudantes no ensino público, médias das notas escolares e gastos municipais com educação. O método utilizado para análise de dados foi a análise envoltória de dados (DEA). Com a realização do estudo averiguou-se que pouquíssimos municípios tiveram eficiência de 100%, o que evidenciou a necessidade de adoção de práticas que permitam um aprimoramento na gestão dos gastos em educação tendo em vista suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico.

O estudo de Degenhart, Vogt e Da Silva Zonatto (2016) distingue-se dos anteriores, pois foi realizado no contexto regional, considerando o PIB como *proxy* para o desenvolvimento, entendendo-o como crescimento econômico e utilizando dados sobre gastos públicos na assistência, saúde, educação e cultura. Degenhart, Vogt e Da Silva Zonatto (2016) analisaram a influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos maiores e menores municípios da região sudeste do Brasil.

Na condução do estudo foram utilizados dados secundários relativos aos gastos públicos nas áreas de saúde e educação referentes ao ano de 2010 de 80 municípios da região sudeste, considerando os 10 maiores e 10 menores. Utilizou-se um método estatístico de regressão não linear. Detectou-se que, no período analisado, os gastos nas áreas de saúde e educação foram mais expressivos que nas demais áreas, e que os gastos públicos nessas áreas impulsionaram o crescimento econômico.

Ao contrário dos estudos supracitados, Ervilha, Alves e Gomes (2013) escolheram o Estado da Bahia para análise e utilizaram os gastos com educação e saúde. Os autores realizaram um levantamento documental dos gastos municipais em educação e saúde, população municipal e o Índice de Gini dos 367 municípios baianos, considerando o período de 2005 e 2010. O objetivo foi apresentar como um indicador de análise – a eficiência – pode gerar melhores resultados e, conseqüentemente, novos meios de se alcançar um desenvolvimento municipal. A aplicação da metodologia não paramétrica da DEA permitiu relevar alta ineficiência nos gastos com educação e saúde nos municípios baianos, indicando que serviços mais eficientes podem, sim, gerar um grande impacto na busca pelo desenvolvimento municipal.

A investigação de Moreira *et al.* (2013) é considerada mais abrangente quando se observa o número de variáveis utilizadas para representar os gastos públicos, diferenciando-se das demais tendo em vista a observação dos municípios do Espírito Santo. Para verificar quais áreas eram relevantes na determinação dos níveis de desenvolvimento municipal – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) –, os autores utilizaram dados sobre gastos com saúde, educação, agricultura, desportos-lazer, trabalho, indústria, comércio, serviços, energia e transporte, considerando o horizonte de tempo de 2004 a 2009. Com base na análise de *cluster* e regressão logística, foi possível constatar que as variáveis agricultura, transporte, educação e saúde foram as únicas que apresentaram significância estatística na explicação do agrupamento de municípios em razão do desenvolvimento municipal, todas com impacto positivo.

A utilização do IFDM como *proxy* para analisar o desenvolvimento também pode-se ser observada no estudo de Amurim (2013). O trabalho também apresenta semelhança como o estudo de Ervilha, Alves e Gomes (2013) por analisar os gastos públicos com educação e saúde. Por outro lado, diferencia-se dos demais pela opção do local de análise. A autora realizou um estudo nos 130 municípios do Estado do Mato Grosso para analisar os efeitos dos gastos orçamentários municipais sobre IFDM.

Para tanto, foi feito um levantamento documental sobre gastos públicos em educação e saúde, despesas correntes, despesas de capital, passivo real, produto interno bruto, IFDM para educação e saúde, considerando o período de 2007 a 2010. A análise dos dados, realizada por meio de estatísticas descritivas, testes não paramétricos e regressão múltipla, permitiu constatar que os gastos públicos com educação e saúde têm um efeito significativo e positivo no desenvolvimento municipal.

As investigações, que tiveram como unidade de análise os municípios do Estado de Minas Gerais, realizadas por Costa (2012) e Andrade, Teixeira e Fortunato (2014), apresentam pontos divergentes relativos ao tipo de gasto escolhido para análise. Enquanto em Costa (2012) tem-se uma análise mais abrangente que envolveu diversas variáveis, no estudo de Andrade, Teixeira e Fortunato (2014) foram utilizadas informações sobre gastos públicos nas áreas de assistência social, previdência social, saúde, saneamento, educação, cultura, habitação e urbanismo. A escolha do PIB Municipal *per capita* como *proxy* para o desenvolvimento também diferencia o trabalho de Andrade, Teixeira e Fortunato (2014), o que também o destaca em relação aos demais.

Para investigar a relação existente entre a qualidade do gasto público e os níveis de desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros, Costa (2012) adotou duas estratégias: fez uso da análise multivariada de dados e análise de *cluster* para agrupar os municípios e, posteriormente, empregou a DEA, regressão quantílica e modelo de painel dinâmico instituído pelo método dos momentos generalizados. Como contribuição destaca-se a criação do índice de eficiência municipal, que possibilitou a agregação de diferentes dimensões que compõem o processo de desenvolvimento.

Andrade, Teixeira e Fortunato (2014) avaliaram a influência dos tipos de gastos sociais (por exemplo, educação e saúde) no PIB *per capita* dos municípios do Estado de Minas Gerais, realizaram um estudo que abrangeu todos os municípios do Estado e observaram dados relativos aos gastos com assistência social, previdência social, saúde, saneamento, educação, cultura, habitação e urbanismo referentes ao período de 2005 a 2009. Os autores realizaram a análise com o suporte da regressão múltipla em dados de painel utilizando o modelo com efeitos aleatórios, o que indicou que somente os gastos de saúde e saneamento exercem influência significativa na formação do PIB *per capita* dos municípios.

Assim como Amurim (2013) e Ervilha, Alves e Gomes (2013), Ternoski, Ribeiro e Clemente (2017) também observaram a influência dos gastos públicos com educação e saúde, porém se diferenciam destes e dos demais pela escolha do Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM) como *proxy* para o desenvolvimento e pelas unidades de análise. No estudo realizado, Ternoski, Ribeiro e Clemente (2017) investigaram a influência da aplicação de recursos públicos nas áreas de educação e saúde com os índices sociais nos municípios paranaenses no período de 2000 a 2012. Empregou-se um modelo de dados em painel utilizando-se do modelo

de efeitos fixos. Os autores constataram que há influência positiva e significativa dos gastos públicos nas áreas de saúde e educação no desenvolvimento dos municípios analisados.

O trabalho de Kühn, Silva Tonetto (2017) assemelha-se ao estudo de Monteiro *et al.* (2010) pela escolha das variáveis relativas ao gasto público. É característico, no entanto, quando se observa a opção por analisar os 497 municípios do Rio Grande do Sul e utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) como *proxy* para o desenvolvimento. No estudo foram utilizados dados sobre diversos indicadores sociais referentes ao período de 2000 a 2011. O objetivo foi avaliar a possibilidade de identificação de alterações nas variáveis socioeconômicas dos municípios gaúchos, correlacionando os dados com a participação da população no Programa Bolsa Família (PBF). Quanto aos resultados, obtidos por meio de estatística descritiva e a matriz de correlação, pode-se considerar que, dentre as variáveis selecionadas, observa-se que o IDHM, as taxas de mortalidade infantil e a diminuição do abandono escolar são indicadores que sinalizam melhorias.

Por sua vez, quanto aos estudos que tiveram por objetivo estudar como a gestão fiscal influencia o desenvolvimento, também podem ser feitas algumas observações para diferenciá-los ao considerar o local de realização do estudo, a *proxy* utilizada para analisar o desenvolvimento e o número e tipo de variáveis empregadas para identificar a influência no desenvolvimento.

Considerando o local de realização, destacam-se os trabalhos de Leite Filho e Fialho (2015) e Avelino, Bressan e Da Cunha (2013), que optaram por analisar o Brasil. Esses trabalhos diferenciam-se, pois, além do IFDM, Leite Filho e Fialho (2015) utilizaram também o PIB *per capita* como *proxy* para o desenvolvimento, enquanto Avelino, Bressan e Da Cunha (2013) consideraram apenas as capitais brasileiras em sua análise, com variáveis contábeis ao invés do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

Para avaliar a relação entre IFGF e IFDM, Leite Filho e Fialho (2015) realizaram uma investigação utilizando-se de levantamento documental, dos anos de 2006 a 2011, sobre os 5.570 municípios brasileiros. Foi empregado o modelo de estimação por mínimos quadrados generalizados com regressão de dados em painel. Os autores concluíram que há uma relação significativa e positiva entre os indicadores de gestão pública municipal com os indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros, destacando-se, principalmente, a variável receita própria do IFGF.

Avelino, Bressan e Da Cunha (2013) visaram a identificar as variáveis contábeis condicionantes do IFDM das capitais brasileiras, de modo a permitir avaliar a relevância da informação contábil no índice em questão referentes ao período de 2005 a 2010. Os autores empregaram o modelo de efeitos aleatórios, como dados em painel, e observaram as discussões teóricas sobre (i) influência de fatores contábeis; (ii) *accountability* em entidades públicas e (iii) gastos públicos e desenvolvimento. Os autores constataram que as variáveis juros e encargos da dívida, despesa de capital, investimentos, gastos com cultura e assistência social e transferências correntes, apresentaram uma associação estatisticamente significativa com o IFDM.

Ao contrário dos trabalhos supradestacados, Costa e Tavares (2014) optaram por analisar o Estado de Minas Gerais. Esses autores destacam que é importante compreender as relações existentes entre indicadores socioeconômicos e a capacidade de gestão dos municípios de Minas Gerais, avaliados por meio da correlação do IFGF 2010. Nesse contexto, realizaram um estudo para verificar a existência dessa relação amparados nos entendimentos sobre orçamento pú-

blico, surgimento e desenvolvimento dos indicadores sociomunicipais e Lei de Responsabilidade Fiscal. A partir da análise descritiva, teste de normalidade, correlação de Spearman e Regressão Linear Múltipla, os autores constataram a relação linear da receita própria com os componentes do IFGF.

Silva *et al.* (2013) também investigaram os municípios de Minas Gerais; utilizaram, porém, o IFDM como *proxy* para o desenvolvimento. Avaliar as políticas públicas tributárias desses em 2010, com base nos recursos provenientes da receita tributária e orçamentária empregados em políticas públicas, juntamente com o desempenho da gestão fiscal, analisando a influência destes fatores no IFDM dos municípios mineiros, foi o propósito do estudo. Os autores realizaram análise de *cluster* dos dados de 796 municípios do Estado de Minas Gerais referente a 2010. Com os resultados do trabalho demonstrou-se a relação existente entre a ampliação da base tributária aliada a uma boa gestão fiscal por parte dos governantes e à dimensão social do desenvolvimento dos municípios.

Romano e Mourão (2015) também utilizaram a mesma *proxy* para o desenvolvimento, mas estudaram o Estado do Paraná. O estudo realizado nos 394 municípios do Estado do Paraná teve como objetivo testar se existe correlação entre a gestão fiscal e o desenvolvimento humano de todos os municípios, e foi empreendido à luz dos entendimentos sobre gestão fiscal e desenvolvimento humano. Foram observados dados referentes ao IDHM e IFGF do ano de 2010, analisados por meio de uma regressão linear simples. Os autores verificaram que o IFGF possui correlação com o IDHM.

O trabalho de Oliveira e Silva (2012) diferencia-se dos demais em razão da unidade de análise, pois o estudo focou na microrregião de Cataguases no Estado de Minas Gerais. O objetivo do estudo foi verificar a existência ou não de uma relação entre o IFGF e as variáveis de desenvolvimento nos municípios da microrregião de Cataguases no Estado de Minas Gerais por meio da identificação e da caracterização dos agrupamentos homogêneos formados por meio da análise de *cluster* entre os 14 municípios dessa microrregião.

Os autores perceberem que, embora uma gestão eficiente não seja condição suficiente para garantir qualidade na oferta de serviços públicos à população, é condição necessária para o atendimento desse fim. Na análise realizada o *cluster* que apresentou os maiores IFGFs também obteve os melhores índices de desenvolvimento, permitindo concluir que há relação entre as variáveis observadas no estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Opta-se pela pesquisa quantitativa (COOPER; SHINDLER, 2016). Foram empregadas pesquisas bibliográfica, descritiva e documental (COLLIS; HUSSEY, 2005), utilizando-se dados quantitativos secundários (GIL, 2002) de 853 municípios mineiros referentes ao período de 2006 a 2016.

Botelho (2009) aborda sobre as metodologias adotadas para identificação dos arranjos produtivos locais e os critérios para a seleção dos arranjos objetos de políticas públicas. Segundo a autora, com base no mapeamento realizado pelo Grupo de Trabalho Permanente para APLs GPT – APL (BRASIL, 2004), dentre os municípios mineiros há grupos: o grupo de 137 municípios pertencentes a APLs e o grupo de 716 municípios não pertencentes.

A opção por estudar os 853 municípios mineiros, além do critério de conveniência, assim como Botelho (2009) e Campos (2010), é embasada nos critérios de relevância da base empresarial desses municípios: o número de empresas de pessoas empregadas, a participação do APL na economia da região, o nível de cooperação e colaboração entre as empresas do APL (governanças mais sólidas com instituições convergentes potencializam os resultados dos projetos), as perspectivas para o setor e as empresas da região e as perspectivas de geração de empregos de qualidade.

A escolha de Minas Gerais como unidade de análise é justificada em virtude de sua participação expressiva na economia nacional e pela alta concentração de pequenas e médias empresas especializadas em diversos setores (GARONE *et al.*, 2015).

As variáveis utilizadas são expostas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas no estudo

Variável	Descrição	Fonte	Base Teórica/Efeito Observado			
IFDM	Índice Firjan de desenvolvimento municipal	FIRJAN	Amurim (2013) e Moreira <i>et al.</i> (2013).			
PIB <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	IMRS FJP	Degenhart, Vogt e Da Silva Zonatto (2016)			
Dummy APL	Assume valor de 1 para municípios pertencentes a APLs e 0 para os não pertencentes.					
Independente	Gestão Fiscal	INDRP	Indicador de receita própria	FIRJAN	Avelino, Bressan; Da Cunha (2013) e Costa e Tavares (2014)	+
		INDGP	Indicador de gastos com pessoal	FIRJAN	Oliveira e Silva (2012) e Romano e Mourão (2015). Costa e Tavares (2014).	+ Nulo
		INDINV	Indicador de investimentos	FIRJAN	Leite Filho e Fialho (2015) e Silva <i>et al.</i> (2013). Costa e Tavares (2014)	+ Nulo
		INDLIQ	Indicador de liquidez	FIRJAN	Avelino, Bressan; Da Cunha (2013) e Romano e Mourão (2015). Costa e Tavares (2014)	+ Nulo
		INDCD	Indicador de custo da dívida	FIRJAN	Oliveira e Silva (2012) e Silva <i>et al.</i> (2013). Costa e Tavares (2014)	+ Nulo
		Gastos Públicos	GPEDU	Gastos <i>per capita</i> com atividades de educação	IMRS FJP	Amurim (2013), Moreira <i>et al.</i> (2013) e Ternoski, Ribeiro Clemente (2017). Andrade, Teixeira e Fortunato (2014), Avelino, Bressan; Da Cunha (2013) e Ervilha, Alves e Gomes (2013).
	GPSAU		Gastos <i>per capita</i> com atividades de saúde	IMRS FJP	Amurim (2013) Moreira <i>et al.</i> (2013) e Ternoski, Ribeiro Clemente (2017). Avelino, Bressan; Da Cunha (2013) e Ervilha, Alves e Gomes (2013).	+ Nulo
	GPREN		Gastos <i>per capita</i> com renda	IMRS FJP	Kühn e Silva Tonetto (2017) e Monteiro <i>et al.</i> (2010). Andrade, Teixeira e Fortunato (2014)	+ Nulo
	GPINF		Gastos <i>per capita</i> com infraestrutura	IMRS FJP	Andrade, Teixeira e Fortunato (2014)	+
	GPTRA		Gastos <i>per capita</i> com apoio ao trabalho	IMRS FJP	Degenhart, Vogt e Da Silva Zonatto (2016) Moreira <i>et al.</i> (2013)	+ Nulo
	GPSAN		Gastos <i>per capita</i> com saneamento	IMRS FJP	Andrade, Teixeira e Fortunato (2014) Avelino, Bressan; Da Cunha (2013)	+ Nulo

Fonte: Elaboração própria.

Para realizar as observações pretendidas no estudo, o objetivo geral será alcançado a partir das seguintes etapas: (i) caracterizar os gastos públicos, a gestão fiscal e o desenvolvimento municipal por meio da análise exploratória de dados; (ii) verificar se há diferenças entre os gastos públicos, a gestão fiscal e o desenvolvimento em municípios pertencentes a APLs e não pertencentes por meio do teste de médias; e (iii) identificar a influência dos gastos públicos e da gestão fiscal no desenvolvimento dos municípios pertencentes a APLs por meio da análise de regressão utilizando o Modelo Linear Múltiplo com variável *dummy*, conforme exposto a seguir:

$$IFDM = \beta_0 + IndRP + IndGP + IndINV + IndCD + GPEdu + GPSau + GPRen + PGInf + GPTra + GPSan + APl + \varepsilon \quad (1)$$

$$PIB = \beta_0 + IndRP + IndGP + IndINV + IndCD + GPEdu + GPSau + GPRen + PGInf + GPTra + GPSan + APl + \varepsilon \quad (2)$$

Para tratamento e análise dos dados foi utilizado o *software* SPSS®, cujos resultados são expostos na seção seguinte.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A caracterização dos gastos públicos, da gestão fiscal e do desenvolvimento municipal é exposta no Tabela 1.

Tabela 1 – Gastos Públicos, Gestão Fiscal e Desenvolvimento dos municípios mineiros no período de 2006 a 2016

Variáveis		Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Gastos Públicos	GPEDU	0	4429,00	438,12	235,19
	GPSAU	0	3471,00	430,01	250,23
	GPREN	2	103,00	18,84	11,20
	GPINF	0	6143,00	239,69	206,21
	GPTRA	0	391,00	4,95	13,91
	GPSAN	0	1523,00	36,25	61,91
Gestão Fiscal	INDRP	0	1	0,2261	0,1684
	INDGP	0	1	0,5742	0,1622
	INDINV	0	1	0,5462	0,2714
	INDLIQ	0	1	0,4485	0,3423
	INDCD	0	1	0,8072	0,1421
Desenvolvimento	IFDM	0,2955	0,9226	0,6531	0,0902
	PIB	1839,00	340145,00	12596,38	14939,77

Fonte: Dados da pesquisa.

Para realizar o teste de médias antes procedeu-se o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov. Contatou-se, com exceção da variável IFDM, que o conjunto de dados não possuía distribuição normal, indicando-se a utilização do Teste U de Mann-Whitney. Especificamente para a variável IFDM procedeu-se o Teste T de Student. Os resultados dos testes são expostos no Tabela 2.

Tabela 2 – Teste de Média dos Gastos Públicos, Gestão Fiscal e Desenvolvimento dos municípios mineiros no período de 2006 a 2016

Variáveis	Ano										
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
GPEDU	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,004	0,006	0,072	0,084
GPSAU	0,000	0,000	0,000	0,016	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
GPREN	0,042	0,054	0,046	0,042	0,017	0,005	0,002	0,003	0,002	0,004	0,004
GPINF	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,032	0,001
GPTRA	0,000	0,001	0,006	0,011	0,018	0,003	0,004	0,002	0,017	0,004	0,006
GPSAN	0,009	0,002	0,046	0,016	0,074	0,174	0,885	0,189	0,296	0,291	0,264
INDRP	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
INDGP	0,687	0,083	0,089	0,739	0,576	0,317	0,007	0,011	0,025	0,027	0,879
INDINV	0,015	0,048	0,363	0,014	0,622	0,360	0,189	0,596	0,640	0,964	0,826
INDLIQ	0,003	0,000	0,002	0,001	0,037	0,048	0,025	0,008	0,117	0,424	0,533
INDCD	0,008	0,112	0,005	0,002	0,003	0,048	0,281	0,017	0,013	0,103	0,003
IFDM	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
PIB	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Verificou-se, a um nível de significância de 95%, que se deve rejeitar a hipótese nula, pois há diferença de média nos gastos públicos, gestão fiscal e desenvolvimento entre os municípios pertencentes e não pertencentes a APLs. As exceções foram GPEDU (2015 e 216), GPREN (2007), GPSAN (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016), INDGP (2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2016), INDINV (2008, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016), INDLIQ (2014, 2015 e 2016) e INDCD (2006, 2012 e 2015).

Partindo do resultado do teste de média pretendeu-se identificar a influência dos gastos públicos e da gestão fiscal no desenvolvimento dos referidos municípios. Assim, empregou-se o modelo de regressão linear múltipla com variável *dummy*. Essa variável assume valores de zero para municípios não pertencentes e um para os municípios pertencentes a APLs, permitindo capturar o efeito no desenvolvimento. Ou seja, possibilita verificar qual a diferença, considerando o efeito no desenvolvimento, de fazer parte de um APL. Os resultados da estimação do referido modelo são expostos no Tabela 3.

Tabela 3 – Efeito no desenvolvimento dos municípios pertencentes a APLs

Variável	Ano										
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IFDM											
GPEDU	-0,01	0,02	-0,01	0,00	0,00	0,03	0,00	-0,05	-0,05	0,02	0,09*
GPSAU	0,12*	0,12*	0,16*	0,14*	0,12*	0,08*	0,10*	0,14*	0,15*	0,16*	0,12*
GPREN	-0,32*	-0,32*	-0,33*	-0,36*	-0,37*	-0,38*	-0,40*	-0,40*	-0,36*	-0,30*	-0,27*
GPINF	0,10*	0,10*	0,05	0,04	-0,01	0,03	0,01	0,02	0,06	-0,02	-0,04
GPTRA	-0,01	0,00	0,04	-0,01	-0,01	-0,03	-0,01	-0,03	0,00	-0,02	-0,06*
GPSAN	-0,03	-0,03	0,00	0,01	0,03	0,00	0,00	0,03	-0,02	-0,03	0,01
INDRP	0,47*	0,46*	0,46*	0,42*	0,41*	0,43*	0,41*	0,39*	0,41*	0,43*	0,45*

INDGP	-0,09	-0,11	-0,11	-0,13	-0,10	-0,11	-0,12	0,00	-0,02	-0,01	-0,02
INDINV	-0,08*	0,04	0,04	0,03	-0,04	0,02	0,04	-0,02	-0,03	-0,05	-0,01
INDLIQ	0,13**	0,06	0,08*	0,05	0,06*	0,02	0,01	0,03	0,03	0,04	0,07*
INDCD	0,05	0,06*	0,02	0,05	-0,03	-0,03	-0,09*	-0,06*	-0,02	0,02	-0,01
APL	0,11*	0,09*	0,09*	0,11*	0,11*	0,10*	0,09*	0,09*	0,11*	0,12*	0,09*
PIB											
GPEDU	0,36*	0,26*	0,24*	0,31*	0,23*	0,20*	0,07*	0,13*	0,28*	0,28*	0,32*
GPSAU	-0,05	-0,02	0,02	0,02	-0,05	0,01	-0,02	0,02	0,04	0,08	0,02
GPREN	-0,06*	-0,04	-0,06*	-0,10*	-0,08*	-0,06*	-0,08*	-0,07*	-0,08*	-0,07*	-0,10*
GPINF	0,01	0,15*	0,21*	0,12*	0,22*	0,33*	0,53*	0,42*	0,26*	0,17*	0,23*
GPTRA	0,06	0,09*	0,08*	0,06*	0,08*	0,05	0,05	0,04	0,03	0,02	0,01
GPSAN	0,05	0,02	0,02	0,00	-0,01	-0,07	0,05	-0,06	-0,05	-0,07	-0,04
INDRP	0,27*	0,31*	0,36*	0,35*	0,28*	0,33*	0,22*	0,32*	0,38*	0,41*	0,40*
INDGP	0,00	-0,03	0,03	-0,01	0,04	0,01	0,01	0,08*	0,06*	0,03	0,01
INDINV	-0,07*	-0,01	-0,04	-0,04	-0,10*	-0,03	-0,13*	-0,06*	-0,07*	-0,05	-0,03
INDLIQ	0,00	-0,05	-0,01	-0,02	0,04	0,03	0,05	0,02	0,03	0,01	0,00
INDCD	-0,01	-0,02	-0,04	-0,04	-0,03	0,00	-0,03	0,02	0,00	-0,03	-0,05
APL	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07*	0,07*	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04

Nota: O * denota significância considerando um nível de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere ao comportamento das variáveis independentes, observou-se que GP-SAU e INDRP, considerando a expectativa de efeito positivo e significativo, corroboram o que lecionam Amurim (2013), Moreira *et al.* (2013) e Ternoski, Ribeiro Clemente (2017), e, ainda, Avelino, Bressan e Da Cunha (2013) e Costa e Tavares (2014), respectivamente.

Já GPEDU (exceto 2015), GPREN, GPINF (exceto 2006, 2007 e 2014), GPTRA, GPSAN, IND-GP, INDINV, INDLIQ (exceto 2006, 2007, 2010 e 2016) e INDCD (exceto 2007) não confirmam os achados de: (i) Amurim (2013), Moreira *et al.* (2013) e Ternoski, Ribeiro e Clemente (2017); (ii) Kühn e Silva Tonetto (2017) e Monteiro *et al.* (2010); (iii) Andrade, Teixeira; Fortunato (2014); (iv) Degenhart, Vogt e Da Silva Zonatto (2016); (v) Andrade, Teixeira e Fortunato (2014); (vi) Oliveira e Silva (2012) e Romano e Mourão (2015); (vii) Leite Filho e Fialho (2015) e Silva *et al.* (2013); (viii) Avelino, Bressan e Da Cunha (2013) e Romano e Mourão (2015); (ix) Oliveira e Silva (2012) e Silva *et al.* (2013), respectivamente.

Quanto à variável *dummy*, optou-se por enfatizar os resultados das estimações para os anos e variáveis que apresentaram diferença de média (Tabela 2) e efeito positivo e significativo na análise de regressão (Tabela 3). Assim, pode-se constatar, nos municípios pertencentes a APLs, além da diferença de média nos gastos públicos e nos indicadores de gestão fiscal, que há maior efeito no desenvolvimento socioeconômico, resultados que oferecem indicativos de atuação para os gestores públicos e que reforçam o entendimento de que, ao optar por apoiar municípios pertencentes a APLs, se tem mais condições de fomentar o seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi realizar uma análise dos gastos públicos e da gestão fiscal, tendo em vista observar sua influência no desenvolvimento municipal, enfatizando os municípios pertencentes a APLs.

Realizou-se a observação de fatores que envolvem o desempenho da administração pública municipal considerando receita própria, gastos com pessoal, investimento, liquidez e custo da dívida, ponderando que, com exceção do indicador de receita própria, tais fatores exercem uma influência positiva no âmbito de desenvolvimento socioeconômico. Essa hipótese, com exceção do indicador de receita própria, não foi confirmada, pois as variáveis não apresentaram efeitos significativos.

A influência dos gastos públicos também foi observada pela análise de variáveis relativas aos gastos nas áreas de educação, saúde, renda, infraestrutura, trabalho e saneamento, com a expectativa de que gastos nessas áreas tendem a gerar um efeito positivo e significativo. Somente, entretanto, para os gastos públicos em saúde, considerando o desenvolvimento socioeconômico, essa expectativa foi confirmada. Esses resultados são indicativos para a atuação dos representantes da administração pública, pois oferece informações sobre áreas que respondem positivamente influenciando o desenvolvimento, tendo em vista o contexto analisado.

Especificamente sobre as análises que enfatizaram o pertencimento a APLs, os resultados para o IFDM confirmam o entendimento dos estudiosos de que essas aglomerações são contextos favoráveis ao desenvolvimento, uma vez que nos municípios mineiros, pertencentes APLs, observou-se maior efeito sobre o desenvolvimento socioeconômico.

Os resultados obtidos neste estudo evidenciaram questões quanto ao desempenho da administração pública, principalmente quando se observam os efeitos percebidos. É importante enfatizar o emprego de um modelo alternativo, considerando a *proxy* PIB *per capita* para observar o desenvolvimento por meio do crescimento econômico. No referido modelo as variáveis independentes tiveram um comportamento diferenciado, tendendo a promover efeitos não significativos no desenvolvimento municipal.

Destaca-se que o estudo apresenta resultados satisfatórios, uma vez que os testes comprovaram a adequabilidade dos modelos empregados, e a validade das variáveis utilizadas foi confirmada por meio dos testes aplicados, bem como corroboradas por estudos anteriormente realizados.

Como sugestão para novos estudos, sugere-se a identificação de outras variáveis para analisar o desempenho da administração pública municipal que foquem, principalmente, nas dimensões do desempenho: eficácia e efetividade.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, financiamento 001, Brasil.

À equipe editorial e avaliadores anônimos pelas suas valiosas contribuições que repercutiram positivamente no presente artigo.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, O. R. I.; RASOTO, V. I.; DE LIMA, I. A. Interfaces entre licitação e governança pública. *Tourism & Management Studies*, Faro, Portugal, v. 2, p. 685-692, 2013.
- AMURIM, E. P. S. *Efeitos dos gastos orçamentários municipais sobre o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM): análise em municípios do estado de Mato Grosso*. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2013.
- ANDRADE, S. A.; TEIXEIRA, A.; FORTUNATO, G. Influência dos gastos públicos sociais sobre o PIB dos municípios do Estado de Minas Gerais. *Revista Economia & Gestão*, Belo Horizonte, MG, v. 14, n. 35, p. 112-130, 2014.
- AVELINO, B. G.; BRESSAN, V. G. F.; DA CUNHA, J. V. A. Estudo sobre os fatores contábeis que influenciam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas capitais brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, DF, v. 7, n. 3, p. 274-290, 2013.
- BATISTA, J. R. V.; ALVAREZ, V. Relações socioeconômicas em rede: a governança no Arranjo Produtivo do Vestuário de Cianorte no Estado do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, PR, n. 113, p. 59-81, 2007.
- BOGONI, N. M.; ZONATTO, V. C. S.; ISHIKURA, E. R.; FERNANDES, F. C. Proposta de um modelo de relatório de administração para o setor público baseado no Parecer de Orientação no 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários: um instrumento de governança corporativa para a administração pública. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 44, n. 1, p. 119-142, 2010.
- BOTELHO, M. R. A. *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Estado de Minas Gerais*. Uberlândia, MG, 2009. (Relatório).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Portaria Interministerial n. 200, de 2 de agosto de 2004. *Institui o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL*. Disponível em: http://portalapl.ibict.br/biblioteca/Portaria_Interministerial_numero_200_2004_MDIC.html. Acesso em: 20 out. 2017.
- CAMPOS, R. R. *Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, 2010. (Relatório).
- CARDOSO, D.; DOS SANTOS, L. D.; POLACINSKI, E. A estratégia como foco em um plano de desenvolvimento de um arranjo produtivo local da região das Missões. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, Santa Maria, RS: UFSM, v. 9, p. 122-136, 2016.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de Graduação e Pós-Graduação*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de pesquisa em administração*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
- COSTA, C. C. M. *Qualidade do gasto público e desenvolvimento socioeconômico nos municípios do estado de Minas Gerais*. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa, MG, 2012.
- COSTA, R. S.; SILVA, E. D.; NOGUEIRA, D. P. Ações de cooperação, aprendizagem e estratégias organizacionais em redes interorganizacionais: estudo nos arranjos produtivos locais (APL) de software do Paraná. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, Florianópolis, SC, v. 15, n. 3, p. 189-208, 2016.
- COSTA, T. B.; TAVARES, M. Estudo da relação entre variáveis socioeconômicas e a gestão dos municípios do Estado de Minas Gerais por meio do índice FIRJAN. *Contabilometria*, Monte Carmelo, MG, v. 1, n. 2, p. 11-14, 2014.
- DACIÊ, F. do P.; ESPEJO, M. M. DOS S. B.; GIMENEZ, F. A. P.; CAMACHO, R. R. Are similar ones different? Determinant characteristics of management tool usage within companies sharing the same institutional environment. *Revista de Administração*, São Paulo, SP, v. 52, n. 3, p. 341-352, 2017.
- DEGENHART, L.; VOGT, M.; DA SILVA ZONATTO, V. C. Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos municípios da Região Sudeste do Brasil. *Revista de Gestão*, São Paulo, SP, v. 23, n. 3, p. 233-245, 2016.
- DIEL, E. H.; DIEL, F. J.; SCHULZ, S. J.; CHIARELLO, T. C.; SILVA, F. Desempenho de municípios brasileiros em relação à estratégia de investimento público em educação. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, RS, v. 12, n. 26, p. 79-107, 2014.
- ERVILHA, G. T.; ALVES, F. F.; GOMES, A. P. Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 9., 2013. Salvador. *Anais [...]*. Salvador, BA, 2013, p. 106-124.

- FARINA, M. C.; BITANTE, A. P.; BRITO, L. C.; PINHEIRO, L. R. D. Análise de redes sociais no arranjo produtivo local dos ramos têxtil e de confecções da região da grande São Paulo a partir de uma visão de governança. *Gestão & Regionalidade*, São Caetano do Sul, RS, v. 33, n. 98, p. 36-52, 2017.
- GARONE, L. F.; MAFFIOLI, A.; NEGRI, J. A. DE; RODRIGUEZ, C. M.; VÁZQUEZ-BARÉ, G. Cluster development policy, SME's performance, and spillovers: evidence from Brazil. *Small Business Economics*, New York, USA, v. 44, n. 4, p. 925-948, 2015.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HILL, R. C.; GRIFFITHS, W. E.; LIM, G. C. *Principles of econometrics*. 4. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2011.
- JACOMETTI, M.; CASTRO, M.; GONÇALVES, S. A.; COSTA, M. C. Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ v. 50, n. 3, p. 425-454, 2016.
- KÜHN, D. D.; SILVA TONETTO, E. O Programa Bolsa Família e os indicadores sociais de combate à pobreza no Rio Grande do Sul: um olhar multidimensional. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, RS, v. 15, n. 39, p. 86-111, 2017.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro: IE, 2003.
- LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, SP, v. 20, n. 67, p. 277-295, 2015.
- MACEDO, R. A.; ARAÚJO, L. J. S.; CAMPOS, A. L. S. Clusters de pequenas e médias empresas e desenvolvimento regional. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, São Paulo, SP, v. 5, n. 2, p. 1.014-1.032, 2014.
- MASQUIETTO, C. D.; NETO, M. S.; GIULIANI, A. C. Identificação de arranjos produtivos locais: o caso do arranjo produtivo local do álcool de Piracicaba. *Gestão & Regionalidade*, São Caetano do Sul, RS, v. 26, n. 77, p. 75-87, 2010.
- MONTEIRO, D. A. A.; FERREIRA, M. A. M.; DENÚBILA, L. A.; TEIXEIRA, K. M. D. Análise dos indicadores sociais brasileiros pré e pós implementação do Programa Bolsa Família. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, MG, v. 2, n. 3, p. 317-338, 2010.
- MOREIRA, R. DE L.; LYRA, I. X. M.; MACEDO, M. Á. S.; SAUERBRONN, F. F. Relevância dos gastos públicos na determinação do desenvolvimento municipal no Estado do Espírito Santo. In: ENCONTRO DA ANPAD, 37., 2013. Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro, RJ, 2013. p. 1-14.
- OLIVEIRA, J. M.; RASIA, I. C. B.; SILVA, D. C. P.; PATIAS, T. Z. Análise das práticas de inovação na área da saúde: um estudo de caso em uma empresa do APL da saúde na cidade de Pelotas-RS. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde*, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 52-63, 2017.
- OLIVEIRA, M. J.; SILVA, E. A. Eficiência na gestão fiscal pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da microrregião de Cataguases-MG. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, 6., 2012. Viçosa. *Anais [...]* Viçosa, MG, 2012. p. 1-16.
- PATIAS, T. Z.; BOBSIN, D.; GOMES, C. M.; LISZBINSKI, B. B.; DAMKE, L. I. Family agro-industry clusters from the social innovation perspective. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, SP, v. 17, n. 6, p. 191-215, 2016.
- ROCHA, A. F. R.; VIEIRA, A. M. Aprendizagem organizacional e inovação de produtos: estudo em empresas de base tecnológica do vale da eletrônica (MG). *Caderno Profissional de Administração da Unimep*, Taquaral, SP, v. 6, n. 1, p. 108-131, 2016.
- ROMANO, L. S.; MOURÃO, G. N. Gestão Fiscal e Desenvolvimento Humano nos Municípios do Paraná. *Caderno PAIC*, Curitiba, PR, v. 16, n. 1, p. 205-222, 2015.
- SANTOS, G.; DINIZ, E.; BARBOSA, E. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 22, p. 151-179, 2004.
- SILVA, L. L. DA; SILVEIRA, S. DE F. R.; COSTA, T. DE M. T. DA; FARONI, W.; FERREIRA, M. A. M. A influência do desempenho tributário e gestão fiscal no Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, MG, v. 13, n. 1, p. 199-219, 2013.
- TERNOSKI, D. M.; RIBEIRO, F.; CLEMENTE, A. A influência da aplicação de recursos públicos nas áreas de educação e saúde com os índices sociais nos municípios paranaenses. *Revista Capital Científico-Eletrônica*, Guarapuava, PR, v. 15, n. 1, p. 98-117, 2017.